

A RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – é editada pela ANPAE desde 1968. Durante esses anos passou por diversas etapas e com nomes diferentes. No início, voltada para Administradores Escolares, a revista tinha o seu público quase exclusivo de Administradores de Escolas. O tempo passou e a própria entidade passou a atuar junto aos educadores interessados nas políticas e gestão da educação e, o mais importante, sem mudar sua sigla ANPAE.

Estamos no V.19 e n.1 da RBPAE, que é publicada semestralmente, e que tem sido um veículo de interesse não apenas de educadores, mas de todos que se interessam pela educação e suas políticas.

No presente número fomos brindados com artigos não apenas de anpaeanos, mas de estudiosos e pesquisadores que buscam ajudar o país, via produção e disseminação de matérias sobre o objetivo da revista.

Para a atual diretoria, que está no seu último ano de mandato, é muito importante a edição deste volume e, ao final do ano, o segundo número.

Os artigos apresentados por estudiosos das questões da Gestão estão apresentados na ordem seguinte: **Política e gestão da educação** – Artigos: “Uma contribuição teórica à análise de conflitos funcionais em instituições escolares da sociedade”. São autores do artigo os professores doutores em Educação, Décio Azevedo Marques de Saes e Maria Leila Alves, e professores do Curso de Mestrado em Educação da Umesp (Universidade Metodista de São Paulo). O texto é resultado da primeira parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida pelos professores citados e que focaliza os conflitos funcionais em instituições escolares da sociedade capitalista. Os autores começam por apresentar a configuração de mundo capitalista contemporâneo e como nele não existe diferença entre países desenvolvidos ou atrasados. Em ambos o desemprego, subemprego, pauperização e outros males que afligem as sociedades capitalistas vão convertendo as escolas, sobretudo as públicas, situadas nas periferias das grandes cidades, ou mesmo em centros urbanos já degradados, em palco de ações violentas que se configuram, não obstante a variação quanto ao sujeito – “que pode ser um agente interno: a turma dos alunos-problema; ou externo: uma gangue de traficantes de droga ou de *raiders* do bairro” ou ao objetivo (a instauração da desordem nas atividades didáticas ou a implantação de uma “nova ordem” jurídico-institucional na escola: “um império do crime”), como as formas mais visíveis e midiáticas de conflito possível na instituição escolar das sociedades capitalistas atuais.

O que se pretende analisar, na nossa visão é a questão dos conflitos e como estão presentes, a despeito das utopias na sociedade capitalista contemporânea. Ao final os autores mostram com bastante lucidez a possibilidade de conflitos entre os representantes legais das atividades-meio e os representantes das atividades-fim dentro da escola pública. Essa dualidade pode ser responsável pela situação de pobreza de idéias, de fins, de propósitos e objetivos da educação. Se por

um lado os conflitos são necessários e salutares, por outro, quando não dimensionados, são causadores das crises apontadas pelos autores.

Margaret Ann Griesse é autora do segundo artigo, intitulado “Políticas públicas, educação e cidadania: um modelo da teoria crítica e suas implicações para a educação brasileira”. O texto foi publicado na revista anterior. Entretanto, como tivemos problemas com tabelas e quadros apresentados, o artigo está sendo republicado.

Pedro Ganzeli, doutor em Educação; professor da UNESP – Araraquara e membro do Laboratório de Política e Gestão Educacional da FCLAr /UNESP, trabalha o tema “Política educacional no município e diretores educacionais: a trama do encontro”. O artigo toma como campo de pesquisa a cidade de Campinas e nesse município o autor trabalha as políticas educacionais e suas influências no processo de construção da gestão escolar. Três administrações municipais foram analisadas: PMDB, PT e PSDB tentando rever as políticas das três diferentes administrações e as percepções dos diretores educacionais sobre as gestões anunciadas. As palavras-chave trabalhadas são “partidos políticos e educação; diretores educacionais; política municipal de educação”. Elas incentivam a leitura do texto para uma verificação da trama entre gestão de políticos e relação com escolas.

Ainda na primeira seção vamos encontrar Lourival Batista de Oliveira Júnior e Antonio Fernando Beraldo, que apresentam o artigo intitulado “Vetar é preciso, educar não é preciso: os vetos presidenciais ao Plano Nacional de Educação”. O artigo traz à memória de educadores os vetos a artigos do Plano Nacional de Educação (PNE) no governo de Fernando Henrique Cardoso. Percebe-se, pelo estudo do autor, que eles foram direcionados, quase que exclusivamente, aos assuntos relativos à universidade brasileira, deixando-a mais vulnerável na qualidade de oferta de ensino, geração de conhecimentos e disseminação dos mesmos.

“Intenções e realizações do financiamento federal da educação brasileira” é o artigo de autoria dos educadores Ivan Muniz de Mesquita e Candido Alberto Gomes, ambos professores da Universidade Católica de Brasília. O foco principal do trabalho é a análise do quadro normativo do financiamento federal à educação. Analisam o assunto embora de forma sucinta, e não podia ser de outra maneira por ser artigo para revista, mas categoricamente assumem posições coerentes. Trabalham o quadro normativo do financiamento federal à educação, desde a Constituição até as leis orçamentárias, bem como o comportamento das receitas e despesas do Ministério da Educação. Percebem que o piso de 18% passou a ser a defesa insuficiente em face de cortes orçamentários, uma vez que os recursos do tesouro passaram a representar de um quinto a um terço do orçamento.

O sétimo trabalho é da autoria do professor doutor Nicholas Davies, da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Nele o autor trabalha a questão dos “Tribunais de Contas e os seus procedimentos de verificação dos recursos da educação”. Nicholas trabalha com as palavras-chave: “financiamento da educação; Tribunais de Contas;

legislação educacional”. O autor é especialista da área de financiamento e seu artigo oferece aos leitores o resultado de uma pesquisa iniciada em 1998 na qual ele procurou saber como os Tribunais de Contas analisaram as contas da educação desde a Lei 7.348, de 1985 e mais especificamente o período que vem com a LDB e a Lei do Fundef.

O autor procura mostrar os equívocos nos procedimentos de cálculos de receitas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, trabalha com salário-educação, e convênios na base de cálculos de percentuais mínimos. A leitura do artigo suscita estudo para todos que gostam de trabalhar financiamento na educação.

A segunda seção é dedicada às **Questões pedagógicas**. Nela três artigos discutem a temática anunciada.

O primeiro artigo, de autoria de Maria Teresa Sokolowski Queiroz, trata dos “Desafios à educação num mundo globalizado”. No artigo a autora trabalha a expressão “globalização” e sua relação com o trabalho e a educação. Os modelos de produção e as características da educação no período pré-globalizado e no período atual são foco de uma análise que apesar de sucinta estimula o leitor a um estudo do assunto.

A seguir temos o artigo da professora Magali de Castro, doutora em Educação e professora da Universidade Católica de Minas Gerais e que trabalha o tema “Política de formação de professores para a educação básica: polêmicas e perspectivas em torno da formação de professores no curso de Pedagogia”. O referido curso tem sido o assunto mais polêmico nas entidades educacionais e em especial nas que se dedicam ao assunto, como a ANFOPE e outras. No artigo, Magali tenta analisar de modo coerente a formação de professores, de sua origem ao enfiamento do curso na atual realidade brasileira, gerando uma das maiores crises desde a implantação da LDB, que com a criação dos institutos superiores de educação, desencadeou a grande polêmica sobre o papel das licenciaturas e em especial em Pedagogia.

A crise existe e os cursos de pedagogia continuam sendo o foco de discussão na formação de professores para a educação básica. Afinal cursos de Pedagogia ou institutos superiores de educação. Quem deve formar o professor para o ensino básico?

Finalmente temos como último artigo da presente edição o texto da professora Stella Cecília D. Segenreich, que trata da “Escola como objeto de estudo por parte de seus próprios atores”. O trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no ano de 2000, com cerca de 500 participantes de um curso de especialização para professores, equipe técnica e dirigentes de duas redes de escolas privadas, confessionais, abrangendo nove estados brasileiros. A autora tinha por objetivo observar, tomando como categorias pré-determinadas de análise um conjunto de metáforas definidas por Gareth Morgan (1996), para chegar às conclusões sobre como os próprios atores da escola podem percebê-la no seu dia a dia. Trata-se de trabalho de fácil leitura e bastante atraente para pesquisadores de gestão escolar.

Ao apresentar os textos que compõem a RBPAE V.19 nº.1 é nosso desejo que a mesma possa ser útil àqueles que como nós acreditam na educação com meio de libertação para a cidadania, e que as reflexões são demonstração do quanto ainda é necessário para alcançarmos o patamar que tanto desejamos, uma educação com qualidade. Os textos são injeções que podem doer por mostrarem nossa realidade, mas que ao mesmo tempo nos animam para ações mais audazes e positivas em favor da educação. São provocações mais do que críticas irresponsáveis a quem quer que seja. Nosso agradecimento aos colegas colaboradores tornando possível a publicação do presente número.

Boa leitura e muito incentivo ao trabalho e prazer no educar.

Rinalva Cassiano Silva
Editora